

HISTÓRIA E MEMÓRIA: DESAFIOS DE UMA RELAÇÃO TEÓRICA

Márcia Pereira dos Santos¹

Resumo: Partindo de algumas discussões pontuais sobre memória, o artigo postula a necessidade de que a história, em sua relação com a memória, seja discutida a partir de um viés político de gestão do passado e considere os diferentes modos que determinados sujeitos, ou grupos sociais, concebem, expressam e reivindicam suas memórias. Para o desenvolvimento de tal discussão, optou-se pela reflexão sobre a memória tal como aparece em diferentes pensamentos e formas narrativas.

Palavras-chave: história, memória, literatura, dever de memória, Carmo Bernardes.

Abstract: Starting from some specific discussions about memory this paper claims a necessity that the history, in its relationship with memory, be discussed from a political bias of past management and consider about the different ways determined citizens, or social groups, conceive, express and reclaim their memories. For the development of such discussion, it was opted to follow the reflection about the memory as it appears in different thoughts and narrative forms.

Key-words: history, memory, literature, memory duty, Carmo Bernardes.

Do alto da Macambira despejo minha alma pelos
telhados de Goiânia e quanta angústia me abafa quan-
do admito as tragédias ocultas que há por aí. Tanta
coisa boa que os homens fizeram e tanta miséria que
uns tantos maus fazem.
Carmo Bernardes

A relação entre história e memória no ofício do historiador como desafio teórico torna-se menos uma preocupação intelectual que uma necessidade dentro da escrita da história, especialmente no que concerne às gestões políticas da memória e do passado (ANSART, 2001). São muitas as tentativas de historiadores, em diversos campos do saber histórico, de delimitar fronteiras, aproximações e entrecruzamentos entre as concepções de história e memória que na atualidade têm definido essas formas de interpelação e usos do passado.

No Brasil, o lançamento de coletâneas de artigos como *Memó-*

¹ Doutora em História pela UNESP/Franca. É professora do Curso de História do Campus de Catalão – UFG, desde 1998. Tem desenvolvido e orientado pesquisas nas áreas de história da cultura, história e memória e história política. E-mail: marciasantos@gmail.com

ria e ressentimento: indagações sobre uma questão sensível (BRESCIANI; NAXARA, 2001); *Razão e paixão na política* (SEIXAS *et al*, 2002); *História, memória e literatura*: o testemunho na Era das Catástrofes (SELIGMAN-SILVA, 2004); *Sobre a humilhação*: sentimentos, gestos, palavras (MARSON; NAXARA, 2005), entre outros, marcam os alicerces em que historiadores e outros pensadores que se ocupam do passado têm assentado suas pesquisas sobre as múltiplas memórias que compõem a sociedade e os grupos sociais. Essas buscas suscitam ainda investidas de pesquisa que retomam os mais variados pensamentos de sociólogos (SEIXAS, 2001a), filósofos, (GAGNEBIN, 2005), e sobre a literatura – como se mostrará com o caso do literato goiano Carmo Bernardes – (SANTOS, 2003),² que recolocam no âmbito da historiografia a necessidade de se questionar os usos do passado e da memória e as conceituações que até então têm sido tomadas como pressupostos essenciais nas discussões da história que têm a memória como mote. Inspirados em autores como Jacques Le Goff (1994), ou mesmo Paul Ricoeur (2000), diversas são as tentativas de formular e reformular problemas que possam ajudar a pensar as implicações do passado no presente, mas também nas disposições de futuros que os grupos sociais elegem suporte de suas concepções de mundo e ações.

Em um caminho oposto às teses que postulam um fim da memória (NORA, 1993), tal como a mesma seria em termos de uma verdadeira memória, e advogando a defesa das teses que retomam a memória como grande motivadora de exercícios políticos atuais (SEIXAS, 2001b), este artigo problematizará as noções de memória, tal como a mesmas se apresentam na historiografia.

Para isso é preciso discutir o papel político que tais noções assumem na prática historiográfica, especialmente, na prática cotidiana de grupos que se colocam como necessitados de memória, postulando direitos e deveres de memória. Uma memória que, especialmente neste início de século XXI, se apresenta social, política e culturalmente efervescente e se torna um desafio a mais para uma historiografia que já há tempo reconheceu seu trabalho para com o passado como sendo, também, essa reflexão sobre o presente e suas demandas que clamam

² No momento em que esse artigo foi escrito a pesquisa sobre a obra de Carmo Bernardes estava em desenvolvimento. No momento de sua publicação, a pesquisa já havia sido finalizada e resultou na tese de doutoramento SANTOS (2007).

respostas e, impondo permanências de memórias, questiona gestões e tentativas de cristalizações do passado.

A história, tal como se defende atualmente por um número significativo de historiadores, se define menos por um estudo do passado que por uma reflexão cada vez mais dinâmica sobre as relações entre passado e presente. A veracidade buscada não se vale mais de uma busca de um passado imutável, mas sim aquela que se forja na relação dinâmica entre o que se escreve/descreve/narra e o presente de quem o faz. Não se busca mais uma veracidade inquestionável, mas antes uma compreensão de como o passado, aquele vivido e sobrevivido em documentos e monumentos (LE GOFF, 1994), rastros (RICOEUR, 1997), sinais (GINZBURG, 1989) e mesmo lugares de memória (NORA, 1993) se mostram ainda como espaços privilegiados de uma compreensão do presente. Nesse caso, o presente pode ser lido como tempo que se coloca ao historiador como processo, como dinâmica que a todo o momento sente, dentro de si, o deflagrar de um passado que convida à pesquisa porque exige respostas ao presente. Um passado que deixa emergir ressurgências de si, que impõem o repensar sobre memórias constituídas e vividas com uma intensidade política provocadora de ações e reações de grupos étnicos, religiosos, sexuais e acadêmicos nas suas defesas de direitos e deveres de memória.

Nesse contexto, as reflexões do sociólogo Maurice Halbwachs, cujo livro *Memória coletiva* foi recentemente relançado no Brasil (HALBWACHS, 2006), e que durante muito tempo foi o grande esteio das discussões que a historiografia travou sobre o tema da memória, passa por uma revisão teórica que visa menos uma refutação das teses do autor que uma reatualização de conceitos, como memória coletiva e memória individual, que ainda hoje permanecem como modalidades de compreensão dos processos de memória.

Em um curto e incisivo artigo, Jacy A. Seixas (2001a, p. 97) reflete sobre a sociologia da memória proposta por Halbwachs chamando a atenção para a “legitimidade de sua tese central, a de que a memória significa fundamentalmente reconstruir o passado a partir dos quadros sociais do presente”. Ao identificar essa perspectiva halbwachiana de memória, a autora se propõe a retomar esse pensamento à luz de outros saberes como a literatura de Proust e a filosofia de Bergson, para se situar em um

pólo oposto à noção de memória tal como elaborada por Halbwachs a memória se articula como possibilidade de fazer ‘reviver’ o passado, fazê-lo ressurgir de uma aparente ‘não lugar’ para assombrar ou fecundar o presente, de uma memória coletiva que possa de alguma forma, resgatar o que não é mais imediato e socialmente articulado e representado (SEIXAS, 2001a, p. 95).

Ou seja, nessa interpretação, para Halbwachs, a memória coletiva e a memória individual se elaboram em um exercício racionalizante e voluntário de reconstrução do passado. Esse autor, como disse Seixas, acredita que são os quadros sociais que permitem a lembrança à medida que o grupo social sobrevive e se articula como mantenedor de uma dada memória. Para a autora, muito mais que reconstruir o passado esses grupos deixam-no emergir, tornando-os esteios de lutas políticas referendadas por memórias que, reatualizadas, pautam as defesas de identidade e de cidadania. Isso porque mais que mantenedores de memória, como o queria Halbwachs, esses variados grupos sejam de que lutas se formem – étnicas, religiosas, culturais, por independência política, defesas de gênero – têm na memória um ponto de apoio e justificativa de suas ações. Lidam afetivamente com uma memória que irrompe trazendo consigo o passado pleno de sentimentos e afetos:

São, em larga medida, esses grupos sociais, tão heterogêneos quanto nos é possível pensar, os sujeitos do boom de memória que hoje presenciamos, os sujeitos dos direitos e deveres de memória contemporâneos. Fenômeno desconhecido de Halbwachs e, entretanto, admiravelmente intuído por ele quando nos fala da tendência à pluralidade das memórias coletivas, da diversidade das memórias sociais (SEIXAS, 2001a, p. 96).

Questão que nos impõe justamente pensar a memória se articulando fora dos quadros da história escrita. O que para Seixas se apresenta como “os deveres e direitos de memória dos grupos sociais”. A autora diz que a permanente expressividade da memória nos meios sociais tem uma feição política que mostra as formas com que os sujeitos se posicionam em relação à realidade, interpretando-a e agindo sobre a mesma. É nesse ponto que a memória assume uma “função política de ser entendida como defesa de si e dos outros nos quais o sujeito se reconhece” (SEIXAS, 2002, p. 61-62). Questão que pode

ser problematizada nessa autora a partir de uma filosofia do sujeito, proposta por autores como Paul Ricoeur, especialmente no livro *O si mesmo como um outro* (1991), quando este defende para o ato de narrar a capacidade de permitir ao sujeito a elaboração de uma identidade de si mesmo, sendo possível dizer que é a memória narrada a medida dessa identidade que se torna, por seu lado, defende Ricoeur, uma identidade narrativa na qual compreender-se a si mesmo é também um fazer-se compreender pelo outro através do ato narrativo.

Nesse sentido, o passado emerge quando o hoje o permite. E isso se dando de diversas formas, segundo diferentes necessidades de quem recorre a esse passado. O ato de memória reveste-se assim de uma intencionalidade que transcende a perspectiva de “conhecer o passado”, reconstruí-lo, propondo-se, nesse caso, a revivê-lo, na sua passionalidade, na capacidade de deixar vir à tona as memórias, com toda a carga afetiva que elas possuem e que irá, também, delimitar ações e reações necessárias ao exercício político, seja ele individual ou coletivo, marcando identidades e lutas.

Enquanto re-atualizar do passado (SEIXAS, 2001b, p. 42) essa memória vale-se de uma sensibilidade que conduz a uma questão pertinente ao diálogo entre história e memória: o alcance das problemáticas do historiador em relação ao caráter afetivo e sensível da memória, presente no meio social, e que como se disse, começa a ser questão presente nas atuais discussões históricas. Há, assim, uma implicação metodológica nessa relação que precisa ser assumida, pois que vem ao encontro da própria forma com que se lida com o conhecimento histórico e a produção do mesmo.

A historiografia gravitou, nas últimas quatro décadas, em torno de discussões que se pautaram na percepção do político e do cultural como instâncias fluidas, dinâmicas que intervêm na história e nas ações do homem no seu tempo e espaço. Assim, a preocupação com a relação história e memória, aqui apresentada sustenta-se dentro das discussões que referendam a memória como potencializadora de ações humanas, que pode ser alcançada como fonte para a história, mas que em seus mecanismos de existência e expressão exigem do historiador um olhar sensível que a perceba como passado (re) atualizado, mas também como (ativa) ação que se dá no presente, com feições de participação social e política múltiplas. O que envolve pensar a memória

como exercício político, na medida em que se concebe a política como concernente a tudo que se refere à vida individual (REMOND, 1999) e, mesmo coletiva, de uma sociedade.

Sendo assim, algumas reflexões têm chamado a atenção ao apresentar, para os historiadores, exercícios de análise da questão da memória em sua relação com a história.

Em texto inicial da coletânea *Memória e (re)sentimento* (BRESCIANI; NAXARA, 2001), Pierre Ansart (2001, p. 15) alinhava história, memória e ressentimento, convidando os historiadores a discutirem a história, especialmente a política, levando em consideração os vários aspectos “das relações entre os afetos e o político, entre os sujeitos individuais em suas afetividades e as práticas sociais e políticas”.

Expressam-se, pois, nos exercícios de memórias, as afetividades e subjetivações dos sujeitos nas suas mais diferentes ações. Porque se se lêem as memórias como propostas e respostas políticas colocadas ao presente, a investida de pesquisa histórica necessita perceber que o encontro do passado não é meramente um exercício de “recuperação” do mesmo. O passado ganha uma efervescência que responde a desafios não dele em si, mas do tempo presente, pontuado por disputas colocadas ao sujeito pelo meio social. Daí que nessa abordagem da memória seu caráter político-afetivo não pode ser descartado, mas sim apreciado como possibilidade de expressão de subjetividades e sensibilidades que têm importância nas ações dos sujeitos e, claro, na história passível de ser construída a partir da vivência dos mesmos. Assim, compartilha-se a proposição de Jeanne Marie Gagnebin quando esta diz que,

a rememoração também significa uma atenção precisa ao presente, particularmente a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado não sendo um fim em si mesmo, visa à transformação do presente (GAGNEBIN, 2001, p. 91).

Nesse caso, a temporalidade a ser considerada pelo historiador no seu trabalho com a memória ganha um novo sentido, pois o presente não é apenas o tempo que da lembrança, dotando-a de um sentido, é também o tempo a ser alterado. O ato de lembrar é um processo de fazer-se aparecer em cena, ou mesmo, fazer-se agir em cena.

Nessa ação a re-elaboração de si mesmo e do passado torna-se essencialmente o substrato da narrativa de quem se propõe a contar o passado, seja como ficção, rememoração ou como autobiografia. Nesse caso estabelecesse-se um vínculo especial entre lembrar, contar e agir, nascendo daí não apenas uma narrativa ordenadora do passado, mas que, dotando-o de sentido, se torna uma força que o coloca também nas disputas de memória do presente, que chamam os sujeitos à ação.

Jacques Le Goff (1994) reclama para a memória esse poder de ação em busca de mudança. Um poder que, podemos dizer, é politicamente consciente de seu fazer social, de seu papel. Assim, essa interpretação de memória dota-a de uma expressividade política convergente para a cultura do sujeito colocado em discussão e, ainda, para a defesa de si e de seu grupo, sem, no entanto, abrir mão do que de bom essa transformação permitiu.

As implicações de deveres e direitos de memória recolocam, pois, a necessidade de problematizar as noções de memória coletiva e memória individual à luz daquilo que grupos sociais e sujeitos têm reivindicado como sendo suas experiências passadas que constituem suas memórias.

É nesse ponto que a importância de um filósofo marxista da envergadura de Benjamin se faz essencial na tentativa de repensar a articulação entre memória e história. Partindo de ensaios benjaminianos como “O Narrador” e “Experiência e Pobreza” e, mesmo, de suas “Teses Sobre o Conceito de História” (1994), é possível, nesse momento, pensarmos como quem lembra se situa em um certo mundo de cultura que se transforma e que lhe dá outras demandas políticas para sua vivência e mesmo para quem ali se coloca como historiador. Nesse caso, e partindo da atualíssima reflexão de Jeanne Marie Gagnebin, sobre Benjamin (2004), que se propõe a questionar o que é a experiência vivida e como a mesma ao ser rememorada e reelaborada em uma narração, pode ser compreendida como um ato que é ético por que impõe refletir sobre identidades e ações, mas que é também, na acepção benjaminiana de narrativa tradicional, moral, pois permite-se ser a expressão de um aconselhamento, que nasce de um pedido de conselho e se realiza valendo-se da experiência de vida de quem o dá. Há nesse sentido um entrelaçamento entre memória narrada / ação presente necessária. O narrador tem noção, nesse caso, de sua dependência da memória para exercício de sua função de conselheiro de determinado grupo.

Para Gagnebin, Benjamin interligou a história e a narração, e a partir daí a memória e o esquecimento – esse ‘outro’ da memória, tão necessário às reflexões da historiografia quanto ela mesma – como partes de um jogo no qual, homens e mulheres, se colocam, no mundo, dentro dos quadros de enfrentamento político. Se o “inimigo não tem cessado de vencer”, para Benjamin, é nesse processo de relação entre passado e presente, e nas suas formas de expressão, sejam nas velhas narrativas orais, seja em literatura, como as obras de Proust e Kafka, que é possível combatê-lo.

Gagnebin lança-se ao desafio de percorrer a obra de Benjamin como uma construção filosófica e, ao mesmo tempo, como manifesto de uma visão de mundo que propõe a transformação radical da sociedade capitalista. Diante disso a autora faz a tentativa de decifrar conceitualmente a obra de Benjamin de forma a permitir a compreensão dos caminhos percorridos pelo filósofo para uma proposta de história que, rompendo com a perspectiva da história como sendo aquela da classe dominante, admite que o próprio passado também seja recontado segundo as demandas dos diferenciados grupos sociais e do próprio historiador. O que permite ainda que as noções de história e, o que nos interessa, de memória, sejam retomadas como partes desses embates, pois “se o inimigo vencer, nem os mortos estarão a salvo”. Isso porque segundo a autora:

Hoje ainda, literatura e história enraízam-se no cuidado com o lembrar, seja para tentar construir um passado que nos escapa seja para “resguardar alguma coisa da morte” (Gide) dentro da nossa frágil existência humana. Se podemos ler as histórias que a humanidade conta a si mesma como o fluxo constitutivo da memória e, portanto, de sua identidade, nem por isso o próprio movimento da narração deixa de ser atravessado, de maneira geralmente mais subterrânea, pelo fluxo do esquecimento; esquecimento que seria não só uma falha, um “branco” de memória, mas também uma atividade que apaga, renuncia, recorta, opõe ao infinito da memória a finitude necessária da morte e a inscreve no âmago da narração. (GAGNEBIN, 2004, p. 03).

Ou seja, o contar o passado é um processo no qual a memória que emerge não pode prescindir do seu par, o esquecimento, e a ligação entre um e outro é ditada pela necessidade que o presente

estabelece de reviver/ reatualizar o passado e, dessa forma, lidar com um presente conflituoso. Essa perspectiva conduz a autora a refletir sobre Benjamin e seus conceitos sobre narração e memória.

Para Gagnebin, sobressai à própria noção de historiografia de Benjamin, que propõe uma escrita da história que rompa com a forma tradicional de interpelação do passado. Para Benjamin, segundo Gagnebin, a história visa não apenas à construção, mas também à destruição: destruição da história dominante que aniquila as classes não dominantes em seu passado e em sua memória. Isso implicando em que o retorno ao passado na obra benjaminiana se dá principalmente em função do presente; um presente que clama pelo passado não só como elucidação, mas como salvação e redenção de si mesmo.

O presente – presente da modernidade – é, portanto, aquele no qual nem a morte está a salvo e aquele que exige uma firmeza diante do sofrimento e da perda. Ao interpretar a modernidade como a eterna busca do novo, Benjamin lança mão das imagens de Baudelaire para mostrar que esse mundo moderno na sua busca de destruir o mundo anterior se constrói com novos signos e novas alegorias de si mesmo. É, nesse sentido, que Gagnebin descobre em Benjamin não uma pura melancolia diante da morte ou da perda, mas sim uma esperança de redenção, politicamente defendida como medida de interpretação do passado e, portanto, mediadora da memória e, mesmo do esquecimento. Porque, segundo a autora, para Benjamin, em uma clara alusão à influência de Nietzsche sobre o pensamento do filósofo, também o esquecimento é essencial ao homem individualmente ou em sociedade. Ou seja, para Benjamin o passado tem uma função na vida que é política, mas que é também de sobrevivência. E aqui entra fundamentalmente o papel da experiência de vida de quem lembra para aquele que reflete sobre o passado.

Benjamin ocupa-se não somente de lamentar a perda da experiência, mas preocupa-se em vê-la como parte do que podia ser narrado e convertido em sabedoria / conselho, que guiasse a vida de quem o recebia como uma dádiva. Nesse caso, para Gagnebin a maximização da violência que eventos como a Shoah mostram – que Benjamin já vislumbrava os significados finais antes de seu suicídio – implicam em sofrimentos inenarráveis, ou que, se narrados, deflagram uma dor quase insuportável sendo, nesse caso, o esquecimento tão fundamental quanto o lembrar, o primeiro para a sobrevivência, o segundo para não descuidar da luta contra o sofrimento.

A autora expõe, portanto, o pensamento de Benjamin à luz de uma percepção política da história, da memória e da narração. Perspectiva essa que visa menos dar ao passado um sentido, que perceber que esse mesmo passado adquire sentidos diversos à medida que é tomado como experiência e como ponto de partida do próprio presente. Há um alerta em Walter Benjamin não só em relação ao perigo do totalitarismo, como em relação ao perigo que a gestão do passado – enquanto história, mas enquanto, também, memória e esquecimento – podem significar no meio da sociedade.

Essa proposta interpretativa da obra benjaminiana ao mesmo tempo em que é uma defesa da narrativa, histórica ou não, como mecanismo de desconstrução / construção de poderes e mundos dados é, também, uma obra política de percepção do homem como ser construtor de seu passado e de seu presente.

Nesse caso, a memória não se exime da sua dimensão política de luta, enquanto dever de lembrar para evitar a dor (MARSON; NAXARA, 2006), mas, principalmente, do direito que grupos aliados das chamadas memórias coletivas nas diversas sociedades possuem. É claro, nesse caso, que há uma dimensão negativa do esquecimento, pois a conclamação do lembrar é impedir que o esquecimento se torne também instrumento de poder.

Isso muitas vezes se expressa nas iniciativas de indivíduos e grupos em efetivarem ações que visam fazer permanecer no meio social suas memórias. Sem alongar a discussão sobre as múltiplas formas de as memórias se mostrarem tomar-se-á aqui o caso da literatura como uma dessas possibilidades de a memória emergir na sociedade. Uma obra como a de Carmo Bernardes (1915 – 1996) pode ajudar a refletir como a relação literatura / memória auxilia a compreender como historicamente um sujeito e, claro, sua sociedade, estabeleceram relações entre seu presente e seu passado.

Mineiro de nascimento e goiano de coração, como dizia, haja vista ter se mudado para Goiás com apenas cinco anos de idade em 1920, Bernardes inicia sua produção literária nos anos 1960. Sua vida em Goiás foi marcada por diversas atividades ligadas ao trabalho em fazenda, assim que chega a Formosa - GO. Ajudante do pai carpinteiro, cuja principal atividade é fazer carros de boi, Bernardes vai simultaneamente aprendendo a escrever, primeiramente com a mãe e, em seguida, em uma escolinha do lugar. Muda-se mais tarde para Anápo-

lis, onde experimentará o exercício de inúmeras outras atividades de trabalho até que entra nos anos de 1940 para o jornalismo. No fim dos anos 1950 transfere-se para Goiânia e torna-se um apaixonado pela cidade sem, no entanto, desvincular-se do universo rural, a seu ver, espaço que lhe permitia o encontro consigo mesmo ao encontrar-se com a natureza.

Quando começa a publicar seus primeiros escritos literários Bernardes respira a atmosfera urbana de Goiânia. O autor vivencia um momento especialmente caro à sua própria maneira de auto-definir-se como um caipira. Acostumado a uma vida rural, de trabalhos ligados à natureza e, ou, mais especificamente ao mundo dos homens que têm o campo como espaço de vida, ele experimenta uma sensação de estranhamento quando se vê na cidade, desempenhando trabalhos inusitados dentro do serviço público e da imprensa goiana, longe da mata, dos bichos e da sua gente. É essa nova maneira de viver que dá ao autor o espaço material e afetivo necessário para a estruturação de sua obra. Vê um mundo no qual o homem rural não resiste à sedução da modernidade, a mistura entre valores, considerados antigos, e a força de uma “novidade”, que materialmente assume a forma de novos códigos de comunicação, novas técnicas e máquinas e, afetivamente, novas relações sociais, novas formas de valoração de si e dos outros, novas formas de usufruir e aproveitar dos recursos naturais.

O matuto que se encontrava com os vizinhos em festas de santos, pagodes e mutirões, empreitadas de trabalho nas roças, em caçadas, em passeios pelas matas, viu-se, na cidade, imerso no mundo de novas relações. Postando-se como observador nas rodas de conversas das esquinas ou bares de sua Macambira, entre uma pinga e outra, Bernardes foi criando formas de comparação entre o velho e o novo, entre o ambiente rural do qual saíra e o novo contexto urbano no qual mergulhara. E, nesse caso, sua maneira de discutir seu presente é, também, o encontro do passado, elaborando, com isso, formas de expressar uma avaliação do presente por suas memórias, especialmente através da escrita de crônicas, (BERNARDES, 1968 e 1969). O que permite a Bernardes observar o mundo e contá-lo. É de sua memória, desse espaço múltiplo de experiências e afetos, que toma de empréstimo modos de ver o mundo que lhe dão, por seu lado, a possibilidade de crítica e de posicionamento político em relação ao presente e, claro, ao passado.

Problematizar a obra de Bernardes conduz a questões bastante instigantes no intuito de compreender o universo criativo do autor. Nesse caso, sua obra marca o que se pode dizer uma defesa do mundo rural e, principalmente, defesa daqueles excluídos da sociedade, seja o próprio homem seja o mundo natural destruído continuamente. O autor vê a si mesmo como uma agente social, cuja missão em defesa do passado, exposta em sua luta pelo meio ambiente, é um exercício contínuo de defesa do homem. Ao contar dos bichos, dos rios, das matas e da gente do Cerrado, não apenas em suas crônicas, mas em contos, romances e em sua autobiografia Bernardes respira o passado para contrapor-se a um presente destruidor de suas referências rurais, buscando, assim, legar esse passado como um tesouro aos homens do futuro.

Um tesouro que justifica, também, sua fidelidade ao mundo que o formou e sua linguagem é uma das expressões desse engajamento político a favor dos seus. É, assim, que é preciso entender que noção de memória rege a literatura bernardeana:

Aprendi também uma nova linguagem, que mais tarde soube ser a oficial, uma algaravia vulgaríssima que todo o mundo letrado fala. Embirrei e não renunciei, nem mesmo a poder de palmatórias, o repertório oral que dona Sinhana me ensinou. [...] Quando é preciso, tempero a língua no falar oficial, mas, particularmente, só falo e conto meus casos conforme a velha me ensinou. Sou filho da brabeza, é bobagem eu querer negar minha raça: e demais a mais, se os meus casos fossem contados com as palavras que andam por aí girando nos jornais e noutros papéis adotados pelo mundo oficial, seriam uma lavagem muito enxabida do que é.

Bem: dedico VIDA MUNDO à dona Ana Carolina da Costa _ dona Sinhana, minha mãe, porque foi ela que me ensinou a falar como falo (BERNADES, 1966, Dedicatória).

A obra de Bernardes pode ser compreendida como um exercício de memória que tem como dever fazer o passado sempre presente, impedindo-o de ser esquecido em função do futuro. Esse dever de memória assumido por Carmo Bernardes implicará na sua tentativa de falar ao povo a partir da fala desse povo e de tudo aquilo que considera fundamental na vida do mesmo. Dever esse que deve ser entendido também como o que direciona as escolhas literárias de Bernardes – em

seu modo de escrita elaborado a partir de uma escrita oralizada; temas; tramas; e personagens – conduzindo-o, por esse lado, a certa ortodoxia quanto a seu modo de interpretar o mundo e dá-lo a ler. Mais que indício de um “regionalismo” ou “localismo”, tomamos os temas, a forma de escrita, os personagens bernardeanos, também como expressões de sua fidelidade ao passado e, ele mesmo se justifica dizendo:

Abro o relato deixando que só tenho a dar satisfação a mim e a mais ninguém. Enquanto eu for me divertindo e tornando a viver aqueles dias, irei espichando a história. Faço de conta que o mundo é todo meu, posso criar e seguir as minhas próprias regras. Não tomo conhecimento da existência de críticos nem dos gramáticos nem dos políticos. Sendo necessário ir e voltar muitas vezes no mesmo assunto, faço. Quando tiver vontade de usar um termo dos que minha mãe me ensinou usarei. Sendo do meu agrado encher dez páginas a respeito de miudezas que só a mim interessam, encho. É como eu digo: a não ser com liberdade não paga a pena escrever, porque a paga de quem escreve é a diversão, e que graça tem diversão com um mundo de fiscais vigiando? (BERNARDES, 1969, p. 233).

Dessa forma, Bernardes torna-se um escritor do mundo que percebe em esfacelamento, tornando sua obra um lugar de memória, cuja existência implica fazer permanecer sempre vivo o mundo que lhe parecia fadado ao desaparecimento. No entanto, é preciso ter claro, que esse lugar de memória que se torna a obra de Bernardes quer reavivar o passado e não apenas fixá-lo em um lugar. Isso significa que para o autor é necessário difundir sua visão de mundo, concebendo, dessa forma, a memória expressa em suas obras como um modo de ação social.

Para Bernardes, o lembrar é “menos um conhecer o passado que agir no presente” (SEIXAS, 2001, p. 53). Nesse caso, há um engajamento social e político que a obra de Bernardes expõe e que, muitas vezes, não é considerado por comentadores da obra, mas que, aqui se defende, pode explicar as escolhas feitas por esse autor no seu universo criativo. Em uma crônica do livro “Quadra da Cheia: textos de Goiás”, o autor, criticando as “lorotas” que se escrevia sobre os homens do campo, disse:

Lia muito e ficava danado da vida quando pegava uma dessas escritas contando causos de nós das roças. Diziam de

cachorro “acuando veado”; [...] E o palavreado? Tudo estropeado, fazendo questão de ficar longe, com escrúpulo de misturar, como se nós, os caipiras, fôssemos uma corte de macutenas ou uns bichos que não falam. [...] Vim com o ideal de combater isso. Mostrar que nós somos os nacionais legítimos e não nos conformamos em sermos tratados de resto (BERNARDES, 1995, p. 60).

Esse literato-memória que se tornou Bernardes permite a visualização da dimensão política que muitos literatos dão a suas obras e que referenda percepções de mundo nem sempre afeitas somente a experimentos estético-literários. Consciente de suas escolhas Bernardes se justificava dizendo que seu trabalho era, antes de tudo, impedir que o mundo que fora o de seus pais fosse menosprezado e desaparecesse. Nesse caso, assumia uma postura de narrador, na qual contar o passado, narrá-lo, era também um momento de, no presente, defender seu mundo e aconselhar. Conselho este que não derivava de um pedido de outrem, mas tão somente da forma de o autor dotar sua literatura de uma ação social. Isso mostra o posicionamento político assumido pelo literato dentro da cultura e de mundo, nos quais se colocara ao mesmo tempo como sábio e como observador. Sua literatura assume, assim, essa feição de memória-ação: de um lado defesa de uma memória que vê em desaparecimento; de outro, defesa do presente no sentido da denúncia da degradação do homem e do meio ambiente.

Há de se tomar a literatura bernardeana como espaço pertinente em que as discussões sobre memória e história, aliadas à discussão sobre literatura, podem ser desenvolvidas e se tornam meios de pensar a prática historiográfica. O debate atual sobre as relações entre história, memória e literatura já não busca mais responder se é ou não lícito e coerente tomar essas três formas de lidar com o passado como possibilidades de se fazer história. O passado, essa pedra de toque do historiador, subsiste, mas não é em momento algum acessado de forma completa. Ele estará condicionado a ser encontrado por partes, por resquícios que muitas vezes são de uma ordem estética e criativa bem diversa daquela que se propõe a história, mas nem por isso menos instigante.

Portanto, retomar as relações entre história e memória no contexto de uma historiografia atual é também, como se viu, a oportunidade de pensar memórias e histórias nas suas dimensões políticas e

afetivas. Memórias individuais e coletivas são em grande medida espaços de homens e grupos se encontrarem e se portarem como sujeitos da história. Suas ações definindo o lugar que ocupam no mundo no qual estão e que, a todo o momento, lhes cria demandas políticas. Ao historiador cabe também assumir seu posicionamento social e político, pois à medida que a historiografia é do mesmo modo criadora de memórias, seu papel na sociedade não é inócuo, porque como disse Benjamin: “O dom de despertar no passado a centelha de esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer”. (BENJAMIN, 1994, p. 225).

Referências Bibliográficas

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: EdUNICAMP, 2001.

BENJAMIM, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. Obras escolhidas, v.1.

BERNARDES, Carmo. *Vida mundo*. Goiânia: Livraria e Ed. Brasil, 1966.

_____. *Rememórias*. Goiânia: Livr. e Ed Araújo, 1969.

_____. *Rememória II*. Goiânia: Livraria e Editora Araújo, 1969.

_____. *Jurubatuba*. Goiânia: Ed. da UFG, 1994. (Belamor).

_____. *Quadra da Cheia: textos de Goiás*. Goiânia: Ed. do Autor, 1995.

_____. *Selva, bichos e gente*. Goiânia: AGEPEL, 2001. (José J. Veiga).

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história, testemunho. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: EdUNICAMP, 2001.

_____. *História e narração em W. Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais*. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. Documento e monumento. In: *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: EdUNICAMP, 1994.

MARSON, Izabel; NAXARA, Márcia. (Org.) *Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras*. Uberlândia: EDUFU, 2005.

NORA, Pierre. Entre história e memória; a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Houry. *Projeto história*, São Paulo: EDUC, n. 10, p. 7-28, dez. /1993.

REMOND, René (Org.) *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1996.

RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como um outro*. Trad. Lucy Moreira César. Campinas: Papyrus, 1991.

_____. *Tempo e narrativa*. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papyrus, 1997. Tomo 3.

_____. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Éditions du Seuil, 2000.

SANTOS, Márcia P. dos. *Relembrações em minguate: história, memória e identidade na obra de Carmo Bernardes (1960-1990)*. Projeto de Pesquisa. Franca – UNESP, 2003.

_____. *Relembrações em minguate: interpretação biográfica da obra de Carmo Bernardes*. 1997. 172 f. Tese (Doutorado em História) Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Franca.

SEIXAS, Jacy Alves. Halbwachs e a memória-reconstrução do passado: memória coletiva e história. *História*. São Paulo: EdUNESP, v. 20, 2001a.

_____. Percursos de memórias em terras de história: problemas atuais. In: BRESCIANI, Maria Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória*

e (re) sentimentos: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: EdUNICAMP, 2001b.

_____. (Org.). *Ração e paixão na política*. Brasília: EdUnB, 2002.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Catástrofe, história e memória em Walter Benjamin e Chris Marker: a escritura da memória. In: _____ (Org.). *História, memória, literatura*: o testemunho na era das catástrofes. Campinas: EdUNICAMP, 2003.

Artigo recebido em agosto 2007 e aceito para publicação em dezembro 2007.

